



**Tecendo as teias do ensino-pesquisa-extensão a partir da agroecologia:
olhares geográficos desde a Baixada Fluminense**
*Weaving the webs of teaching-research-extension from agroecology: geographical
views from the Baixada Fluminense*

TAVARES, Felipe¹
¹UERJ/FEBF, tavares.geo@gmail.com

RESUMO EXPANDIDO TÉCNICO CIENTÍFICO

Eixo Temático: Educação em Agroecologia

Resumo: Ensino, pesquisa e extensão são abordados nesse texto a partir do ato de tecer, conectar fios em tramas que se entrecruzam a partir da agroecologia. Desde o curso de Licenciatura em Geografia da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF), localizada no município de Duque de Caxias-RJ, apresentamos ações articuladas: às disciplinas Ecologia Política e Geografia Agrária (ensino), conectando-se à Horta Comunitária da FEBF (extensão) e a discussão sobre as territorialidades agroecológicas no espaço fluminense em metropolização como práticas espaciais de comunalização (pesquisa). Tais ações revelam indícios de transformação do pensamento e da ação, seja para contestar a racionalidade neoliberal neoextrativista, seja para fomentar alternativas ambientalmente justas e dignas, para os ambientes e os territórios.

Palavras-chave: agroecologia; ensino-pesquisa-extensão; geografia; Baixada Fluminense.

Introdução

O presente trabalho busca apresentar a ação de tecer teias entre ensino-pesquisa-extensão desde a agroecologia na universidade. Esse tecer se faz a partir do curso de Licenciatura em Geografia da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF), localizada no município de Duque de Caxias-RJ. Na dimensão do ensino, destacamos algumas reflexões sobre a formação de professores/as de Geografia, considerando as disciplinas de Geografia Agrária e Ecologia Política, que fornecem elementos para repensar as relações do/no campo e a relação sociedade/natureza. No âmbito da extensão, apresentamos a experiência de um projeto extensionista que busca implementar uma horta comunitária e agroecológica no campus da FEBF. Em relação à pesquisa, destacamos projetos que buscam analisar as territorialidades agroecológicas, em diálogo com movimentos sociais e produtores/as, no espaço fluminense em metropolização. Neste sentido, concordamos com Candiottto (2020) quando afirma a multidimensionalidade da agroecologia, seja enquanto ciência, enquanto prática e movimento. A agroecologia revela um sentir-pensar-fazer fundamental para refundar o humanismo e a democracia, a partir de outras relações com ambientes e territórios; com a escola e com a universidade; mais próximo das lutas por re-existência dos movimentos e dos povos.



Metodologia

O solo epistemológico que fundamenta a metodologia destas ações/reflexões é o materialismo histórico, mais especificamente, aquele que conforma uma Geografia de cunho marxista, em diálogo com interlocutores/as pós-estruturalistas e do pensamento de(s)colonial. Trata-se, portanto, de um saber/fazer que se situa no âmbito do pensamento crítico, com aportes da Ecologia Política latino-americana e do Ecosocialismo. O caminho metodológico dá-se em três etapas: a) revisão de literatura, com levantamento e exame de referências bibliográficas; b) coleta de dados secundários; c) Trabalhos de campo e entrevistas. A revisão de literatura alimenta os programas das disciplinas (Ecologia Política I e II), ministradas no curso de licenciatura em Geografia da FEBF, como também, o arcabouço teórico-conceitual dos projetos de pesquisa em andamento, iluminando as práticas extensionistas. As pesquisas produzem conhecimentos que alimentam o ensino e a extensão – que, integrada ao ensino e a pesquisa, populariza os conhecimentos, proporcionando o acesso da comunidade às produções da universidade.

Resultados e Discussão

No contexto da formação de professores de Geografia, as reflexões sobre a questão agrária no âmbito da geografia escola foram objeto de discussão (TAVARES, PIMENTA E FERREIRA, 2021), uma vez que determinados paradigmas e representações contidas nos livros didáticos de Geografia distorcem a realidade do campo no Brasil. Percebemos que a relação campo/cidade era abordada de modo superficial, com ilustrações descontextualizadas, desconsiderando a ação dos movimentos sociais e os conflitos no campo – o que reproduz perspectivas equivocadas sobre a agricultura familiar, sobre a reforma agrária, dificultando a formulação de alternativas ao modelo neoextrativista, que marca a atual fase da acumulação capitalista. Neste sentido, verificamos que o predomínio de um currículo urbanocêntrico e de um paradigma de educação rural (CORDEIRO, 2009) – na educação básica e no ensino superior –, além de afastar os estudantes das problemáticas concretas do campo, ainda falseia tal realidade. No intuito de contestar essas posições, apresentamos a educação do campo e a agroecologia como possibilidades de superação de tais relações perversas. Contudo, ainda havia a percepção de um distanciamento: mesmo com a oferta de literatura, filmes, documentários e trabalhos de campo, as práticas agroecológicas caíam no abismo das teorizações descoladas da ação, sobretudo no contexto urbano periférico, em que o curso de licenciatura em Geografia se insere.

É no percurso do estágio de pós-doutorado, realizado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, que essas preocupações – mais relacionadas ao campo do ensino – se conectaram à pesquisa em andamento: uma análise das concepções de Terra e Território a partir da articulação, denominada “Teia dos Povos”. A Teia dos Povos surge a partir da realização da I Jornada de Agroecologia da Bahia, em 2012, no Assentamento Terra Vista (ATV), no município de Arataca, como uma “articulação de comunidades,



territórios, povos e organizações políticas rurais e urbanas”. De acordo com Lima (2020), a Teia surge como uma proposta de dar continuidade às articulações estabelecidas durante a I Jornada de Agroecologia, ou seja, como iniciativa de mobilização constante entre os participantes. As jornadas de agroecologia têm um papel importante na dinâmica de mobilização e enredamento dos povos, a partir da agroecologia – que em conjunto com terra, território e autonomia – consiste num “eixo condutor do diálogo” (LIMA, 2020). Em novembro de 2022, no âmbito da pesquisa, realizamos uma visita ao Assentamento Terra Vista, para participar de uma vivência em agroecologia, promovida pela Teia dos Povos.

É partir dessa vivência, organizada em diversas atividades e oficinas, que retornamos para o Rio de Janeiro com um acúmulo de questões, reflexões e ideias que irão desembocar num projeto de extensão, intitulado “Horta comunitária da FEBF: a construção do comum a partir da Agroecologia em espaços urbanos”. O projeto busca desfazer as concepções que separam sociedade e natureza, campo e cidade, promovendo debates acerca da relação sociedade/natureza a partir da relação rural-urbano, repensando a questão da propriedade da terra/solo, da produção de alimentos, da soberania (e segurança) alimentar e da autonomia dos povos subalternizados no campo e na cidade. A implementação da horta tem como horizonte três eixos de ação: 1) Sentipensar agroecologia, Ecologia Política e epistemologias do Sul; 2) Soberania alimentar em espaços urbanos periféricos; 3) A produção do comum no espaço urbano. Nos últimos meses, o projeto realizou encontros e oficinas de formação, e prevê em seu cronograma, mais atividades (formação e práticas) até o final de 2023. Pretende-se implementar a horta e desenvolvê-la, posteriormente, como um sistema agroflorestal (SAF), aproveitando algumas áreas do campus da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF).

Outro projeto, no âmbito da pesquisa, foi proposto e está sob avaliação: “A produção do comum a partir de práticas agroecológicas no espaço fluminense em metropolização”. Este projeto, submetido à FAPERJ, parte do entendimento que as iniciativas de agricultura urbana e de hortas comunitárias enquanto práticas agroecológicas constroem um horizonte de lutas e transformação no contexto de metropolização do espaço. Considera-se a emergência de espacialidades híbridas, que borram as fronteiras entre o rural e o urbano, focalizando as práticas agroecológicas no contexto de metropolização, isto é, objetiva-se analisar as territorialidades agroecológicas no espaço fluminense em metropolização como práticas espaciais de comunalização. A relevância do projeto é justificada por três caminhos, a saber: a) empírico; b) teórico; e c) ético-político. Considerando a dimensão empírica, partimos do local onde esse projeto será desenvolvido – o Departamento de Geografia da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, no município de Duque de Caxias: o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Duque de Caxias (2017-2020) apresenta evidências de uma “monotonia alimentar”, destacando o consumo de alimentos processados, como macarrão, sucos/refrescos/sucos em pó e refrigerantes. Também traz dados sobre situações de insegurança alimentar associadas ao perfil de renda e dieta entre



adultos e crianças. Tais evidências corroboram com Porto-Gonçalves (2018) quando aponta para a uniformização da agricultura e erosão genética decorrente desta: 90% de nossa alimentação procede de apenas 15 espécies de plantas e de 8 espécies de animais. A destruição da diversidade genética aumenta a vulnerabilidade, isto é, a insegurança alimentar. Além disso, como afirma o autor, "a monocultura de alimentos é, em si mesma, a negação de todo um legado histórico da humanidade (...) a monocultura não visa a alimentar quem produz, e sim à mercantilização do produto" (PORTO-GONÇALVES, 2018, p.213). A destruição da diversidade genética é, portanto, a destruição de conhecimentos e técnicas ancestrais. No que diz respeito à dimensão teórica, a questão da fome é tema clássico da Geografia Brasileira, representada pela obra de Josué de Castro, *Geografia da Fome* (1984), que desnaturaliza a problemática em questão. O debate teórico sobre soberania alimentar em espaços periféricos (BARTHOLL, 2021), sobre uma "primavera das hortas" (SINISCALCHI, 2020) e sobre a valorização de hortas em espaços urbanos (AQUINO E ASSIS, 2007) é atrelado ao horizonte ético-político de caráter emancipatório, evidenciado por CandiOTTO (2020) e por Lima et al (2019), Langebach (2014), Mendonça e Monteiro (2014) e Silva et al (2014).

Conclusões

Compreendemos, a partir de tais percursos, que a indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão é fortalecida desde a agroecologia, sobretudo no contexto de uma faculdade de formação de professores/as, inserida num contexto urbano periférico. As ações – formativas, extensionistas e de pesquisa – estão em andamento e já revelam a potência, contida nos horizontes utópicos que lentamente se materializam, nas aulas, trabalhos de campo, oficinas e diálogos com os movimentos sociais. São indícios de transformação do pensamento e da ação, seja para contestar a racionalidade neoliberal neoextrativista, seja para fomentar alternativas ambientalmente justas e dignas, para os ambientes e os territórios.

Referências bibliográficas

AQUINO, A. M. de. ASSIS, R. L. de. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. **Ambiente e Sociedade, Campinas**, v.10, p. 137-150, n.1, 2007.

BARTHOLL, T. Favela e soberania alimentar. In: VRADIS, A. et al. **Favela, resistência e a luta pela soberania alimentar**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2021. 336 p.

CANDIOTTO, L. Z. P. Agroecologia: Conceitos, princípios e sua multidimensionalidade. **Ambientes: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v.2, p. 25-75, n.2, 2020.

CASTRO, J. de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro, pão ou aço**. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984. 348 p.



CORDEIRO, T. G. B. de F. e. Ensino de Geografia, Educação Rural e Educação do Campo: modernidade, subalternidade e resistência. **Revista Tamoios**, ano V, n.2, p.16-40, 2009.

LANGEBACH, M. Rede Ecológica: uma experiência de organização de consumidores conscientes. In: Grupo de Trabalho de Construção do Conhecimento Agroecológico da Articulação de Agroecologia do RJ (AARJ). **Caminhos agroecológicos do Rio de Janeiro: caderno de experiências agroecológicas**. Rio de Janeiro, 2014. 250 p.

LIMA, C. F.; BAPTISTA, S.; ARRUDA, S.; AMÂNCIO, C. A rede carioca de agricultura urbana e o direito à cidade. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v.14, p. 313-337, n.34, 2019.

LIMA, N. R. de. Articulação e autonomia para os povos em movimento: reflexões sobre a construção da Teia dos Povos. **Página Oficial Teia dos Povos** (2020). Disponível em: <https://teiadospovos.org/articulacao-e-autonomia-para-os-povos-em-movimento/>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2023.

MENDONÇA, M. M. de; MONTEIRO, D. Semeando agroecologia na cidade – Notas sobre a construção da Rede de Agricultura Urbana do Rio de Janeiro. In: Grupo de Trabalho de Construção do Conhecimento Agroecológico da Articulação de Agroecologia do RJ (AARJ). **Caminhos agroecológicos do Rio de Janeiro: caderno de experiências agroecológicas**. Rio de Janeiro, 2014. 250 p.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A Globalização da natureza e a natureza da globalização**. 8ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. 462 p.

SILVA, C. H. N. da et al. O processo de criação de uma casa de sementes livres – Escola da Mata Atlântica: da semente ao fruto. In: Grupo de Trabalho de Construção do Conhecimento Agroecológico da Articulação de Agroecologia do RJ (AARJ). **Caminhos agroecológicos do Rio de Janeiro: caderno de experiências agroecológicas**. Rio de Janeiro, 2014. 250 p.

SINISCALCHI, M. V. de M. **Semeando o comum na metrópole contemporânea: as hortas urbanas no Rio de Janeiro (RJ)**. 2020. 240 f. Tese (Doutorado Programa de Pós-Graduação em Geografia) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

TAVARES, F. PIMENTA, A. B. FERREIRA, E. A. dos S. Ensino remoto e formação de professores de Geografia: a análise dos conteúdos de Geografia Agrária dos livros didáticos do PNLD 2020. **Revista Tecnologias na Educação**, Ano 13, vol.36, p. 1-9, 2021.